

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO N.º 44, DE 2003

Solicita informações ao presidente do Banco Central do Brasil sobre o efeito da taxa de juros na inflação.

Autor: ACOBRAS do Brasil

Relator: Deputado André Luiz

I - RELATÓRIO

O documento em análise traz solicitação do atuante Senhor Nelson de Mello Oliveira, presidente da Associação de Classe dos Consumidores Brasileiros – ACOBRAS , no sentido de que, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, seja encaminhado ao presidente do Banco Central do Brasil um pedido de informações para esclarecer o verdadeiro efeito das elevadas taxas de juros sobre a taxa de inflação.

II - VOTO DO RELATOR

É natural o descontentamento da população com os elevados patamares das taxas de juros em nosso País. Afinal, com a estabilização da economia na última década e o fim da indexação generalizada que prevalecia em nossa economia, os juros reais tornaram-se mais evidentes e, de fato, seus patamares colocam-se entre os mais elevados do planeta.

Entretanto, ao analisarmos a questão dos juros não podemos utilizar-nos do “senso comum”; ao contrário, essa é uma matéria que tem sido objeto de profundos estudos no mundo acadêmico e, desde o início do século passado, a teoria econômica reconhece a relação existente entre taxas de juros e inflação.

Corroborar essa afirmação o fato de que a grande maioria dentre os mais renomados economistas brasileiros, independentemente de sua filiação teórica ou simpatia ideológica, está de acordo com a política adotada pelo Governo Federal no que se refere a essa questão, reconhecendo a necessidade de que as autoridades monetárias, através da administração da taxa de juros, atuem firmemente no controle da demanda agregada.

Dessa forma, e considerando que existe uma quase unanimidade nos meios técnicos com relação à política monetária praticada pelo Governo, parece-nos, s.m.j., que torna-se desnecessária a solicitação de informações ora proposta, razão que nos leva a propor **a rejeição da Sugestão n.º 44, de 2003.**

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado André Luiz
Relator